

CONTRA PROPOSTA

ICMS: Estado disposto a guerrear por R\$ 3 bilhões

Governo capixaba alega que alíquota diferenciada de 7% para indústria não cobre perdas de receita

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@reddegazeta.com.br

DE BRASÍLIA

Previendo grandes perdas de arrecadação, o governo capixaba se opõe ao relatório do senador Delcídio Amaral (PT-MS) apresentando ontem ao projeto de resolução da reforma do ICMS. O Planalto recuou diante das resistências, e o parecer que unifica em 4% a alíquota de ICMS entre Estados concede patamar diferenciado de 7% para produtos industrializados saídos do Espírito Santo e dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

O rombo nos cofres capixabas, se a resolução for aprovada como está, ainda assim ficaria entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 3 bilhões já incluindo a unificação do ICMS de importados. Os cálculos exatos do ministério da Fazenda com base no texto de Delcídio, porém, ainda não estão fechados. “Esse substitutivo não nos atende. Teremos redução de receita muito alta. A compensação na forma de redução em 20% da receita



DIVULGAÇÃO

A guerra fiscal

O secretário de Estado da Fazenda, Maurício Duque, defende recursos do ES.

“Queremos a convalidação dos incentivos concedidos sem a aprovação unânime do Confaz”

—
MAURÍCIO DUQUE

corrente líquida para pagar as dívidas agrada a Estados que estavam resistentes, mas não nos beneficia, pois estamos em 6%, bem longe do teto. Temos uma lista de reivindicações”, reitera o secretário estadual de Fazenda, Maurício Duque.

Diante da oposição dos Estados nas negociações no Senado e no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o governo aceitou como “meio termo” a exclusão dos produtos industrializados (montagem e transformação) da unificação da cobrança. Assim, o parecer

fixa em 4% a incidência de ICMS somente sobre comércio e serviços.

O cenário de aprovação é iminente mas o Espírito Santo não abre mão da convalidação “ampla, geral, irrestrita e sem nenhuma condição” de todos os incentivos fiscais concedidos pelos Estados sem aprovação unânime do Confaz. Outra exigência do governo capixaba é mais prazo e tratamento diferenciados para garantir a continuidade, por período mais longo, dos incentivos ao segmento portuário – de forma equi-

valente aos benefícios concedidos aos industrializados e agropecuários. “Seria uma forma de dar sobrevivência ao Fundap”, observa o secretário.

A redução gradual da alíquota praticada pelo Espírito Santo e Norte/Nordeste/Centro Oeste, de 12% para 7%, ocorrerá nos próximos oito anos e não mais até 2025, segundo o parecer. “Também pleiteamos migrar para o grupo de Estados que ficará com o bolo de 90% do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Com isso, por

uma das estimativas, vamos aumentar nosso volume de recursos de compensação para R\$ 90 milhões”, destaca Duque.

MANOBRAS

Em outra frente, o senador Ricardo Ferraço (PMDB) tenta adiar a votação. Ele fará recurso ao plenário para que as comissões de Justiça (CCJ) e de Desenvolvimento Regional (CDR) avaliem a resolução do ICMS.

“Lindberg (Farias, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos) decidiu que o plenário, antes de votar o projeto, terá que deliberar sobre meus requerimentos. Vou apresentar emendas e farei recurso à presidência para esticar o prazo”, assinala o senador.

A melhor solução é ficar tudo como está, para Estados menos desenvolvidos manterem competitividade, destaca Ferraço. “A proposta de 7% para industrializados é a menos pior para o Estado dentro do que querem mudar, mas a resolução exclui incentivos ao comércio e serviços e isso elimina as atividades nos termos do arranjo do Sincades”.

Insatisfação também em São Paulo

SÃO PAULO

▄ O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, afirmou ontem que “é desastroso o fim da proposta de alíquota única” de 12% para 4% do ICMS para os governos estaduais. “A guerra fiscal será mantida”.

Nos cálculos de Calabi, o governo federal deverá gastar R\$ 8 bilhões por ano com ressarcimento de perdas de ICMS aos governos dos Estados mais prejudicados com a nova proposta de alíquotas, o que representará R\$ 160 bilhões em duas décadas.

Além disso, haverá o dispêndio anual de R\$ 12 bilhões com fundos de desenvolvimento regional, o que acumulará despesas federais de R\$ 240 bilhões no mesmo horizonte de tempo. “Portanto, o governo federal está para gastar R\$ 400 bilhões sem resolver a guerra fiscal”.

De acordo com ele, São Paulo deverá perder R\$ 3,5 bilhões.

PROGRAMA DE R\$ 200 MILHÕES

Novo fundo para atrair grandes empresas

Fundepar vai apoiar vinda de novos negócios, sobretudo na área de tecnologia

▄ Com o anúncio de um aporte de R\$ 200 milhões, o governo do Estado lançou ontem um programa para atrair grandes empresas para o território capixaba e assim compensar as perdas de receitas que o atingem.

O Fundo do Desenvolvimento e Participações Estadual (Fundepar-ES) é vinculado ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e apoiará projetos estratégicos, inclusive por meio de parti-

cipações acionárias.

“Esse valor faz parte dos R\$ 3 bilhões assinado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o governo do Estado no ano passado. Esse fundo permitirá que o Estado, por meio do Bandes, possa participar de projetos estratégicos, que ajudem a desenvolver algumas regiões, atraindo grandes empresas de alto tecnologia”, ressaltou o governador Renato Casagrande.

O lançamento do programa foi realizado durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado

do Espírito Santo (Codes), no Palácio Anchieta. As áreas que receberão investimentos ainda estão sendo estudadas.

“Os investimentos podem acontecer na área portuária e empresas de alta tecnologia, além de atrair empresas para o interior do Estado, principalmente a região litorânea. Com isso, elas vão gerar oportunidade nas microrregiões do Estado”, justificou Casagrande.

COMISSÃO

O próximo passo é articular uma comissão para discutir como será feita a atratividade de empreen-

dimentos. “Estamos formando um comitê para discutir políticas na área de automação, elétrica e tecnologia. São indústrias que agregam valores e exigem profissionais de grande formação. O Estado tem uma base de formação de pessoas boa, que permite oferecer mais suporte de tecnologia as empresas”, garante.

O Fundepar é um dos projetos do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável (Proedes), criado em torno de três pilares centrais: melhoria da logística, incentivos ao desenvolvimento e inovação por meio da educação.

Iniciativa privada vai tratar esgoto na Serra

▄ O tratamento do esgoto na Serra será realizado a partir de parceria público-privada (PPP). O edital de licitação da obra deve ser lançado até maio. A meta é ampliar a cobertura do serviço na cidade de 60% para 90%.

O orçamento para a obra é de R\$ 400 milhões. Pela PPP, a empresa será remunerada com um percentual da tarifa que a população pagará pelo serviço. O financiamento deve-

rá vir do BNDES.

A empresa vencedora terá um prazo de 30 anos para explorar o serviço.

Outros seis projetos por meio de parceria público-privada estão em fase de recebimento de propostas, elaboração e avaliação. Entre eles o novo Hospital Infantil de Vitória, o Aquaviário e de quatro aeroportos regionais. O Estado pode comprometer o orçamento com parceria privada em até 5%.